

A Previdência é superavitária

Em entrevista ao *JE*, o ex-ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, defende os conceitos e princípios da Seguridade Social inscritos na Constituição do país e afirma que, se fossem obedecidos, em vez de desequilíbrio as contas do sistema público previdenciário seriam superavitárias. O desequilíbrio ocorre porque os recursos arrecadados pelas contribuições sociais para prover o caixa da Seguridade Social são desviados para a formação do superávit primário e pagamento da dívida pública. Para o ex-ministro, um dos formuladores do capítulo sobre Seguridade que consta da Carta Magna do país, a reforma a ser feita é corrigir esses desvios e retomar os princípios constitucionais da Previdência Social pública. **Página 9**



7

**Dia do Economista:
livro desmonta mitos
sobre a Previdência**

14

**Orçamento:
Rio perde medalha
do Meio Ambiente**

editorial

A reforma da Previdência é outra

■ Uma nova reforma da Previdência Social voltou à agenda do governo Lula. Sob a alegação de que os direitos das gerações futuras estão sob risco se “os desequilíbrios” da Previdência não forem corrigidos, o governo volta a mirar exatamente nesses direitos, isto é, na redução e fixação de novos limites para os benefícios, recorrendo para tanto à mesma e velha cantilena neoliberal: as contas não batem porque os gastos são maiores do que as receitas.

De pouco tem valido o conjunto de vozes da sociedade que apontam para a falácia do argumento. Mídia e representantes do governo permanecem insistindo no chamado “rombo da Previdência”, fazendo-se surdos aos argumentos que apontam exatamente em direção oposta. Em vez de “rombo”, o que a Previdência Social tem gerado ao longo dos anos são sucessivos superávits que são desviados para o pagamento da dívida pública do país, aumentada ao longo dos últimos anos pelas elevadas taxas de juros que fazem a “engorda” dos lucros dos rentistas e investidores do mercado financeiro.

Nesta edição o **JE** foi buscar uma outra abordagem, que não a das entidades que tratam das questões previdenciárias e que vêm há anos batendo na tecla de que não há desequilíbrios financeiros na Previdência. Para tanto ouviu o ex-ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, uma das vozes mais autorizadas a falar sobre o tema porque foi, pessoalmente, um dos articuladores e elaboradores do capítulo da Constituição que trata do tema Seguridade Social.

Ele não só reafirma que o sistema previdenciário público do país é superavitário como defende um outro tipo de reforma: não mais uma que retire direitos e, sim, uma que reconduza a Previdência e a Seguridade Social aos princípios que inspiraram e estão inscritos no capítulo que trata do assunto na Constituição, recuperando, inclusive, as fontes alternativas de receita, as contribuições sociais como a Cofins e CSLL, desviados pelo Tesouro Nacional para o pagamento da dívida pública, em completo desrespeito ao que determina a Constituição brasileira.

A conferir nesta edição.

SUMÁRIO

3

O que mostram os resultados do Enade?

7

João Sicsú

Previdência Social
Livro desmonta mitos e mentiras

9

Entrevista
Raphael de Almeida Magalhães
A Previdência gera superávit e não rombo

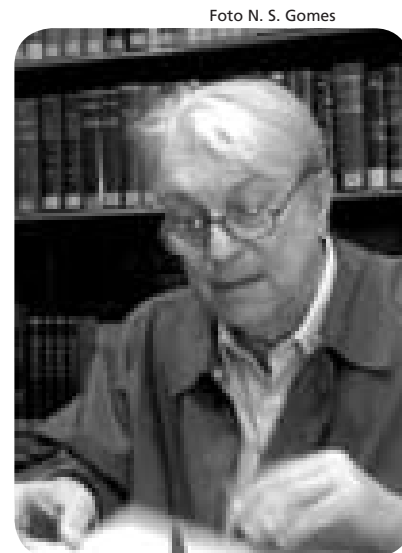


Foto N. S. Gomes

14

Fórum Popular de Orçamento

Jogos do Pan
Rio perdeu medalha no meio ambiente

16

Curso terá filmes sobre a América Latina

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Je JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espínola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espínola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

O que mostram os resultados do Enade?

JE ouviu coordenadores de Cursos de Economia a respeito do resultado do último Exame de Desempenho dos Estudantes, realizado pelo MEC, que apurou o grau de conhecimento específico e de formação geral dos alunos que ingressaram e dos que estavam concluindo a graduação em 2006



Os resultados do último Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), realizado ano passado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, trouxeram resultados que convidam a uma reflexão sobre os cursos de graduação em Economia (veja os resultados do Rio de Janeiro na página 6).

Em resumo, o Enade avalia os estudantes que ingressam nos cur-

sos e os que estão se formando. A partir daí, elabora três conceitos.

O *Enade Conceito* é calculado pela média ponderada da nota padronizada dos concluintes no componente específico, da nota padronizada dos ingressantes no componente específico e da nota padronizada em formação geral tanto para os que concluem quanto para os que ingressam nos cursos, com os respectivos pesos 60%, 15% e 25%. Ou seja, os componentes específicos contribuem com

75% das notas finais, com o *Enade Conceito* variando de 1 a 5, do mais baixo para o mais alto.

O segundo conceito é o *Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD Índice)*, que varia de -3 a +3, e que é a diferença entre o desempenho médio do concluinte de um curso e o desempenho médio estimado para os concluintes desse mesmo curso. Representa, então, quanto cada curso se destaca da média, podendo ficar acima ou abaixo do que seria

esperado para ele, baseando-se no perfil de seus estudantes. O terceiro é o *IDD Conceito*, que é uma transformação do *IDD Índice* apresentado em cinco categorias de 1 a 5, isto é, do mais baixo (1) para o mais alto (5). Para os cursos com menos de 10 estudantes nas duas pontas ou cujas notas sejam zero é dado o resultado SC (Sem Conceito).

Ou seja, os melhores serão aqueles cursos com elevados conceitos *Enade* e *IDD*, que tendem a obter, obviamente, o *IDD Índice* mais próximo a 3. Como se pode observar na tabela dos resultados (ver pág. 6), alguns cursos obtiveram desempenhos bastante positivos nesses três índices. O *JE* convidou alguns coordenadores de cursos para co-

Universidade Católica de Petrópolis – UCP

Angela Gelli, Coordenadora do Curso de Economia.



mentarem os resultados com leitores e leitoras, a partir de três questões formuladas pelo jornal: qual a avaliação a respeito do Enade; a que atribuem a classificação obtida pelos respectivos cursos que coordenam; e a avaliação geral sobre os cursos e currículos de Economia. As respostas estão a seguir:

1 – Qual a sua avaliação a respeito do Enade?

Assim acontecia com o Provão, o Enade avalia o conhecimento adquirido pelos alunos durante sua graduação. No entanto, o Provão só avaliava os alunos no momento em que estavam deixando a universidade, sem saber qual era o nível desses alunos quando ingressaram na instituição de ensino. Em assim sendo, não tínhamos como demonstrar que esses alunos, muitas das vezes, chegam às nossas mãos com grande deficiência e, que, ao longo dos 4 (ou 5 anos) que permanecem estudando agregam os conhecimentos que lhes são transmitidos. Como os alunos ingressantes serão avaliados mais uma vez no final de sua formação, acredito que o processo vai permitir medir o grau de aprendizado dos mesmos de forma mais equilibrada e justa.

2 – A que atribui a classificação obtida pelo curso do qual é coordenadora?

O resultado do Enade/2006 foi bastante positivo para todos nós. Temos desenvolvido na UCP um trabalho de muita dedicação por parte da direção, da coordenação e do corpo docente, além de um retorno bastante importante por parte do corpo discente, que realmente está comprometido em busca de uma formação compatível com as melhores escolas de economia do país. Todos estão cientes da importância de ter uma formação sólida, que permita aos futuros egressos atuarem nas mais diversas atividades relacionadas à profissão de economista. O projeto pedagógico do curso de Economia UCP foi construído de forma a atender às Diretrizes Curriculares Nacionais, e constantemente é revisto e redimensionado buscando incorporar todas as exigências legais e do mercado de trabalho.

3 – Qual sua avaliação sobre a classificação geral dos cursos de Economia e, em especial, sugere alguma mudança nos atuais currículos?

De forma geral, a avaliação dos cursos de Eco-



nomia foi positiva. No entanto, faz-se necessária uma avaliação criteriosa por parte dos coordenadores no sentido de investigarem em que área(s) seus alunos apresentaram maior(es) deficiências para que possam corrigir eventuais falhas. Além disso, os resultados de *IDD* também precisam ser melhor entendidos e discutidos pelas partes interessadas. Com certeza, existem alguns problemas relacionados ao Enade, como acontece com outras avaliações semelhantes, mas mesmo assim garante uma boa informação para as instituições de ensino. Acho que as novas diretrizes curriculares garantem uma boa formação para nossos profissionais de economia, permitindo que tenham acesso à formação geral, teórico-quantitativa e histórica além do trabalho de conclusão de curso. A liberdade de escolha de 50% das disciplinas que compõem a carga horária total (que é de 3000 horas) por parte das IES, permite que o caráter regional de cada escola seja mantido. Além disso, as atividades complementares ajudam ao aluno complementar sua formação através de cursos, palestras, congressos, monitoria, pesquisa científica, para citar somente alguns exemplos.

UFRJ – Instituto de Economia

Marcelo Paixão, coordenador da Graduação.

1 – Qual a sua avaliação a respeito do Enade?

Considero o ENADE uma iniciativa bastante relevante tendo em vista sua preocupação primeira com a aferição da qualidade dos cursos de graduação em Economia e de todos os demais cursos. Talvez o seu sistema seja um pouco mais questionável na medida em que somente daqui a mais quatro anos que voltaremos, nós, cursos de economia, a fazer parte da prova. Nesse sentido, é difícil entender os motivos desse sistema de avaliação não ser anual, permitindo que os cursos de Graduação fossem avaliados continuamente. Isso abre margem para que cursos de persistente baixa qualidade prossigam seu caminho, em última instância prejudicando os alunos. Também é importante que os sistemas de avaliação se transformem em políticas de Estado e não de governo, sendo aplicados com metodologias semelhantes ao longo do tempo. Senão a comparabilidade dos dados ficará impossibilitada.

2 – A que atribui a classificação obtida pelo curso do qual é coordenador?

Nossa nota, 5, foi muito positiva. Isso reflete a qualidade do nosso corpo docente e discente. O nosso IDD poderia ter sido melhor e estamos analisando os motivos de não terem sido tão favoráveis quanto o que desejávamos originalmente. Uma primeira hipótese explicativa é que talvez tenhamos enfrentado o problema de um estoque de alunos que estão para concluir o curso e que por algum motivo estão retardando seu ingresso no mercado de trabalho. Vale lembrar que na qualidade de Universidade pública, não há custo financeiro para o aluno que quiser manter sua matrícula além do prazo normal de integralização do curso o que pode ter afetado o resultado.

Outra hipótese é que na atual estrutura curricular os alunos tenham disciplinas de conteúdo de análise (macroeconomia e microeconomia) logo nos três primeiros períodos, o que potencialmente aumenta sua performance no começo, todavia, com ganhos incrementais menores ao longo do tempo. Mas essas são apenas hipóteses que estamos aventando e que iremos pro-

curar deslindar ao longo desse ano, sempre visando a melhoria da qualidade do ensino e, por conseguinte, da formação dos nossos alunos.

3 – Qual sua avaliação sobre a classificação geral dos cursos de Economia e, em especial, sugere alguma mudança nos atuais currículos?

É sempre complicado fazer uma avaliação dos outros cursos, tendo em vista, inclusive, questões éticas englobadas. Tanto melhor que prestemos atenção aos nossos resultados obtidos e que procuremos sempre identificar nossas próprias lacunas visando aumentar nossa proficiência educacional no futuro.



Faculdade de Economia e Finanças Ibmecc

Antonio Fiorenco, coordenador.

1 – Qual a sua avaliação a respeito do Enade?

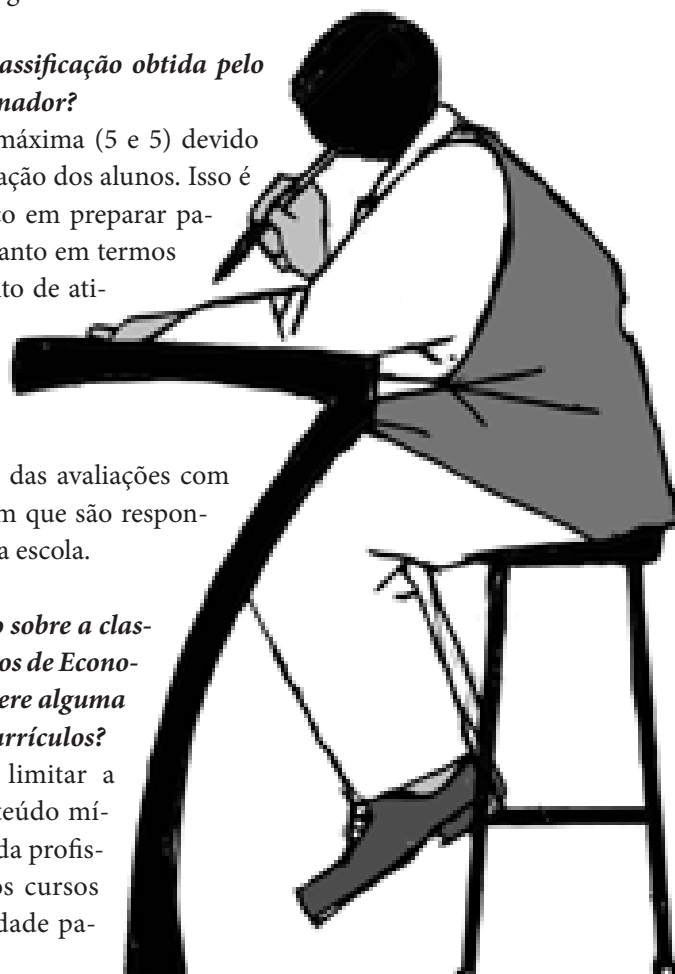
A avaliação dos cursos é positiva. Seria desejável uma maior estabilidade nas regras.

2 – A que atribui a classificação obtida pelo curso do qual é coordenador?

Obtivemos a nota máxima (5 e 5) devido à motivação e à preparação dos alunos. Isso é resultado do nosso foco em preparar para a vida profissional, tanto em termos de conhecimento quanto de atitude. Os alunos aprendem mais quando percebem a utilidade daquilo que estão estudando. E participam das avaliações com seriedade porque sabem que são responsáveis pela reputação da escola.

3 – Qual sua avaliação sobre a classificação geral dos cursos de Economia e, em especial, sugere alguma mudança nos atuais currículos?

O Enade deve se limitar a uma avaliação do conteúdo mínimo para o exercício da profissão, permitindo que os cursos tenham bastante liberdade para definir seus perfis.



Universidade Estácio de Sá

Durval Correa Meirelles, coordenador do Curso de Economia.

1 – Qual a sua avaliação a respeito do Enade?

Sempre será possível refletir sobre uma melhor forma de avaliação, mas acho que o Enade avançou mais que o antigo Provão, pois apresenta como resultado dois Conceitos. Um deles, o Conceito Enade, especificamente da prova, leva em conta a média ponderada entre ingressantes e concluintes. O outro, o IDD, que mede o conceito do Curso (quanto que o curso agregou de conhecimento aos alunos) compara a média dos ingressantes com a média dos concluintes. Além disso, o MEC acertou quando a nota

final do Curso ainda leva em conta a avaliação *in loco*, além dos dois conceitos falados. Realmente acho que foi um grande avanço.

2 – A que atribui a classificação obtida pelo curso do qual é coordenador?

Vale ressaltar que o resultado reflete um trabalho coletivo que vem acontecendo há alguns anos. A Coordenação de Curso já vem há algum tempo conscientizando os alunos da importância de qualquer tipo de avaliação. No caso do antigo Provão e agora no Enade a conscientização e participação nas

reuniões e encontros realizados dos professores e alunos, sobre os processos de avaliação do Curso, foram fundamentais. O Curso de Economia da Estácio desde o Provão, já figurava entre os 10 melhores Cursos do Brasil. Agora com o IDD 5, ficou em 5º lugar geral no Brasil, isto é muito significativo.

3 – Qual sua avaliação sobre a classificação geral dos cursos de Economia e, em especial, sugere alguma mudança nos atuais currículos?

O nosso currículo está sempre se adequando e mudando de acordo com as necessidades institucionais e do mercado, sempre respeitando as Diretrizes Curriculares,



discutidas e aprovadas pelo MEC. Mas sempre é possível melhorar e se adaptar às novas realidades sócio-econômicas nacionais e globais. Esperamos que possa e aceite contribuir com este debate, que poderá ser de grande proveito e reflexão aos estudantes, mestres e estudiosos de Economia.

Nome da IES	Município	Curso	Ano	Média da Formação Geral		Média do Componente Específico		Média Geral		Enade Conceito (1 a 5)	IDD Índice (-3 a 3)	IDD Conceito (1 a 5)	Conceito Curso* (1 a 5)
				Ing	Conc	Ing	Conc	Ing	Conc				
UNIV. CANDIDO MENDES	NITEROI	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	44.8	38.9	24.8	31.6	29.8	33.4	3			
UNIV. FEDERAL FLUMINENSE	NITEROI	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	34.6	46.0	25.2	37.0	27.5	39.2	3	-0.937	2	
UNIV. FEDERAL FLUMINENSE	NOVA IGUACU	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	49.9	28.7	34.0	SC						
UNIV. CATOLICA DE PETROPOLIS	PETROPOLIS	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	50.5	56.1	27.5	44.2	33.3	47.2	4			
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS, ADMINISTRATIVAS E DA COMPUTACAO DOM BOSCO	RESENDE	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	49.2	45.2	26.0	27.0	31.8	31.6	2	-1.314	1	
CENTRO UNIVERSITARIO AUGUSTO MOTTA	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	35.7	45.7	26.6	31.8	28.9	35.2	2			
CENTRO UNIVERSITARIO METODISTA BENNETT	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	36.4	42.5	27.9	23.3	30.0	28.1	2			
ESCOLA BRASILEIRA DE ECONOMIA E FINANÇAS	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	58.5	59.0	45.4	64.4	48.7	63.1	5	1.707	4	
FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS IBMEC	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	43.8	57.1	37.1	59.3	38.8	58.8	5	2.468	5	
FACULDADE GAMA E SOUZA	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	40.4		25.3		29.1		SC			
FACULDADE MORAES JUNIOR	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	39.4	48.2	18.4	30.5	23.6	34.9	2	0.910	4	
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	61.1	58.2	39.7	59.2	45.0	58.9	5	1.229	4	
UNIV. CANDIDO MENDES	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	42.8	43.3	25.0	33.5	29.4	35.9	3	1.064	4	
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006		42.6		31.1		33.9	SC			
UNIV. ESTACIO DE SA	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	40.0	51.9	22.1	41.5	26.6	44.1	3	2.312	5	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	51.1	50.2	44.5	48.6	46.1	49.0	5	-1.031	2	
UNIVERSIDADE SANTA URSULA	RIO DE JANEIRO	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	29.7		27.5		28.0		SC			
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	SEROPEDICA	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	50.8	53.6	31.7	33.6	36.5	38.6	3	-0.709	2	
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA	VALENÇA	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	61.8	48.5	26.1	25.7	35.1	31.4	3	-2.174	1	
CENTRO UNIVERSITARIO GERALDO DI BIASE	VOLTA REDONDA	CIENCIAS ECONOMICAS	2006	51.0		25.9		32.2		SC			

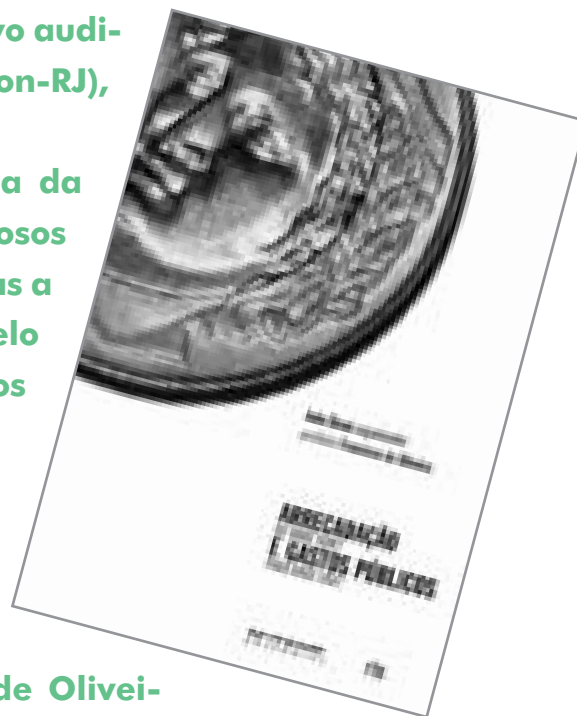
* O Conceito do Curso estará disponível após a avaliação *in loco* do curso. Fonte: www.inep.gov.br

Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?) é o título do livro que está sendo lançado pela Editora Boitempo e Fundação Rosa Luxemburgo, durante as comemora-

ções do Dia do Economista, a 13 de agosto, na inauguração do novo auditório do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), e no lançamento do Fórum pela Seguridade Social.

Organizado pelo professor João Sicsú, do Instituto de Economia da UFRJ, o livro traz textos de 12 economistas, pesquisadores e estudiosos da questão da Previdência Social, que desmontam mitos e mentiras a respeito do tema, que volta ao debate nacional com a criação, pelo governo federal, de um fórum para tratar e encaminhar os pontos de uma nova reforma previdenciária.

Os textos têm por autores Rosa Maria Marques, Denise Lobato Gentil, Paulo Passarinho, Lena Lavinhas, Marcio Pochmann, Evilásio Salvador, Carlos Eduardo Carvalho, João Sicsú, Carlos Vidotto, Leda Maria Paulani, João Antônio de Paula e Maria Lucia Fattorelli Carneiro. O prefácio é do professor Francisco de Oliveira, que aborda o tema “a economia política da iniquidade brasileira”. A apresentação, a seguir, é do próprio organizador, João Sicsú.



Remando contra a maré

■ João Sicsú

O livro é obra de realização coletiva, com o objetivo de tratar do tema “arrecadação e gasto público”. Um tema pouco compreendido, embora de fácil entendimento. Um paradoxo? Não! Nem sempre o que pode ser entendido é, efetivamente, entendido. No Brasil, a disputa política e de idéias assumiu proporções capazes de ofuscar a vista de muitos, que não conseguem enxergar, por vezes, o óbvio. Por exemplo: diz-se que o desemprego é culpa do desempregado que não se qualificou; ou que

a pobreza se reproduz porque as mulheres pobres procriam. Muitos acreditam nessas afirmações.

Interpretações deformadas da realidade brasileira são repetidas nos jornais (sofisticados e de massa), nas revistas (semanais ou de fofocas televisas), nas rádios (AM e FM) e nas emissoras de televisão (de canal aberto ou fechado). São repetidas também nas universidades, nos cursos de graduação e pós-graduação. É um movimento coordenado que atua em diversas frentes. Atua junto à intelectualidade e ao cidadão comum, desinformado. É um movimento volumoso

e persistente. Seu método principal é o da repetição: idéias absurdas são repetidas de forma incessante até transformá-las em idéias que são deglutidas com sabor.

Recentemente, ministrando uma aula a uma turma de alunos trabalhadores, resolvi perguntar, um a um, se a economia e a vida das pessoas estavam, de fato, melhorando. Todos responderam de forma afirmativa. Não me surpreendi. Fiz uma segunda pergunta, um a um, novamente: “Você disse ‘sim’ porque a sua vida melhorou ou porque você tem ouvido dizer que a vida dos outros tem

melhorado?”. A resposta também foi unânime: “Tenho ouvido dizer que as coisas estão melhores, mas para mim continuam iguais ou, talvez, um pouco mais difíceis”. As pessoas nem sequer respondem mais o que sentem, mas dizem de forma automática o que deveriam estar sentindo. Se não sentem a melhora são elas mesmas as culpadas, porque não são qualificadas ou porque nasceram em uma família pobre.

As informações sobre a conformação do orçamento público e sobre os gastos governamentais no Brasil se transformaram em

algo incompreensível para o cidadão comum. Sobre este tema as pessoas também respondem o que ouvem, não o que sentem ou o que constata. Parte significativa dos meios de comunicação repete dezenas, centenas e milhares de vezes informações literalmente falsas sobre o assunto. Falsas informações repetidas de forma orquestrada transformam-se em “verdades”, quase absolutas.

A tarefa de desmontar tais “verdades” não é trivial; requer paciência, didática e firmeza: paciência porque é difícil ouvir com serenidade uma afirmação desconectada dos fatos como se fosse a realidade; didática porque é preciso ter habilidade para transmitir mensagens que contrariam o senso comum; e firmeza porque não é fácil compor uma minoria que supostamente é irresponsável no trata-

mento da coisa pública. Não é fácil ser minoria: a mudança de lado já aumentou de forma significativa a renda de muitos ex-críticos. Mas, como dizia o grande João Saldanha, “minhas idéias valem mais do que a minha conta bancária”.

Afirma-se que a carga tributária é muito alta no Brasil. Mas, embora possa ser verdadeira, esta não é a questão fundamental. O mais importante é saber quem paga os

impostos, taxas e contribuições que financiam os gastos do governo. O Estado brasileiro é basicamente financiado pelos trabalhadores assalariados, em particular por aqueles de menor poder aquisitivo. O sistema financeiro, apesar dos seus elevadíssimos lucros, paga aproximadamente um quinto dos impostos que pagam os trabalhadores brasileiros.

O sistema financeiro paga reduzidos impostos relativamente à sua capacidade de contribuição, mas, apesar disso, é o principal beneficiado quando o governo realiza as suas despesas. Recebe muitas vezes mais, a título de “pagamentos de juros”, do que é gasto em saúde, educação e outras rubricas de interesse da maioria da sociedade brasileira (ver tabela acima). Cabe aqui mencionar apenas um número para exemplificar essa disparidade: o que o governo gasta em um ano “pagando juros” equivale aproximadamente ao que gasta em dez anos na rubrica Educação.

Outra “verdade” repetida é que existe um déficit na Previdência Social. O déficit encontrado e divulgado somente existirá se um artifício for utilizado nos cálculos. O artifício é a exclusão do cálculo de parte das receitas previdenciárias previstas na Constituição, por exemplo, as contribuições sociais. Utiliza-se de forma tendenciosa como receita somente as contribuições de empregados e empregadores. Quando são in-



cluídas todas as receitas previstas constitucionalmente para financiar o Regime Geral da Previdência, o resultado é um elevado superávit em suas contas.

Os ensaios deste livro compõem o movimento daqueles que estão remando contra a maré das falsas informações que se transformam em “verdades”. Tais ensaios, entre outros tópicos, abordam a discussão sobre a elevada taxa de juros no Brasil e sua repercussão fiscal, a administração da dívida pública, a distribuição da carga tributária, as transferências e desigualdades de renda e a contabilidade da Previdência Social. Mais que diagnósticos, são apresentadas propostas alternativas.

Os autores dos ensaios têm alta qualificação profissional. São professores, economistas e cientistas políticos que não abrem mão de seus princípios, valores e ideais. Querem ver um Brasil democrático, socialmente justo e com emprego para todos.

Evolução dos gastos do Governo Federal

(em bilhões de R\$ correntes)

Rubrica	2003	2004	2005	2006
Assistência Social	8,4	13,9	15,8	21,5
Saúde	27,2	32,9	36,5	39,7
Educação	14,2	14,5	16,2	17,3
Segurança pública	2,4	2,8	3,0	3,4
Organização agrária	1,4	2,6	3,6	4,2
Despesas com pagamento de juros	145,2	128,3	157,2	163,5

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Consultório de Psicologia

*Estresse • Depressão • Auto-estima fragilizada •
medos • ansiedade • fobias • síndrome do pânico
• fibromialgia • agressividade • enurese •
traumas • timidez • hiperatividade*

*Casal - família - infantil - adultos
Orientação profissional*

Fernanda Teixeira CRP 05-00.349
Psicóloga Clínica - Especialista em Psicologia Clínica,
Especialista em casal e família

Josiane Barros CRP 05-19.376
Psicóloga Clínica e Escolar - Mestre em Educação

Convênio com CORECON

Praça Saens Peña, 33 - 301 - sl.2 - Tijuca
(saída metrô Saens Peña)
Tele: 2244-9737 - 9177 1674 - 9085 4633

Raphael de Almeida Magalhães, ex-ministro da Previdência Social

Entrevista

A Previdência gera superávit e não rombo

Na comemoração do Dia do Economista, neste 13 de agosto, as entidades de economistas do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED) lançam o Fórum pela Seguridade Social, com diversas palestras e debates. Entre os convidados para o lançamento do Fórum está o ex-ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, que entre fevereiro de 1986 e outubro de 1987, não só ocupou a pasta, durante o governo de José Sarney, como foi um dos principais formuladores do capítulo sobre a Previdência e a Seguridade Social da Constituição promulgada em outubro de 1988, a Constituição-cidadã, como a denominou o ex-deputado Ulisses Guimarães.

O JE foi ouvir o ex-ministro para saber o que ele pensa da nova reforma da Previdência e como foi o processo de elaboração e conceituação da Seguridade Social, que apesar de ainda mantido, quase na íntegra, na Carta Magna do país, sofreu na prática inúmeras mudanças, uma das principais, o desvio das fontes de arrecadação previstas pela Constituição. A conclusão a que se chega é que tanto o governo quanto a grande mídia escondem da sociedade uma verdade. Em vez de rombo e desequilíbrio, a Previdência Social é superavitária, se forem cumpridas as determinações prescritas pelos constituintes de 1988. É o que garante o ex-ministro.



Jornal dos Economistas – Voltou-se a falar em reforma da Previdência Social. Como ex-ministro da Previdência, em cuja gestão foi elaborado o capítulo sobre o tema na Constituição do país, qual sua opinião?

Raphael de Almeida Magalhães – É impossível a compreensão efetiva da rumorosa e sempre recorrente questão da reforma da Previ-

dência Social, que ocupa a agenda das reformas neoliberais desde o governo FHC, prioridade confirmada, de resto, surpreendentemente, pelo Governo Lula, sem inseri-la no contexto mais geral da Seguridade Social instituída, formalmente, na Constituição de 1988. A Seguridade Social é, em si mesma, a essência de um pacto social de distribuição de renda,

pela proteção cogente que dispensa aos grupos sociais mais fragilizados na sabidamente desigual estrutura caracterizadora da sociedade brasileira. Seu objetivo foi o de criar uma rede institucional para amparar o direito à vida dos brasileiros mais pobres assegurando-lhes, sem discriminação, acesso universal à saúde, amparo social em situação de carência, permanente ou eventual, e garantia de renda por perda da capacidade de produzi-la pelo trabalho.

JE – *Mas como foi possível, naquela conjuntura da segunda metade dos anos 80, construir alianças políticas que permitiram um capítulo tão avançado na Constituição?*

Raphael – Tinha vários relatos de cada parte da Constituição. Neste, da Previdência, era o Almir Gabriel, que era senador do Pará e depois foi governador. Ele era médico e, então, foi relator porque a saúde estava neste capítulo, mas ele entendia pouco do assunto e então nós, na verdade, montamos no ministério o capítulo inteiro. Tinha uma estrutura de emprego tal qual está aí, sendo que o trabalhador rural era muito mais presente do que hoje. Havia, então, algumas realidades na estrutura de emprego no Brasil, do ponto de vista de construir uma base de financiamento para a Previdência. **Tinha a informalidade, e continuará tendo uma informalidade durante muito tempo, a menos que o país tenha um crescimento econômico muito rápido, capaz de dar emprego formal para todo mundo, e o caso específico do trabalhador rural, onde se tem até hoje uma relação de emprego muito mais esgarçada do que o urbano e uma relação quase feudal, ainda, no campo.** A primeira coisa, o primeiro obje-

tivo que traçamos foi o de abranger a totalidade da massa trabalhadora, que não havia. Até 1976, só se cobria o trabalhador urbano. A partir daí, no governo Geisel, se incorporou o rural, mas sem base financeira nenhuma. Eles inventaram uma receita que era sobre o valor da compra e venda de produtos agrícolas, mas que se tinha muita dificuldade em fiscalizar e, também, porque não entrava nada. Mas em que condições ele incluiu o trabalhador rural? Com benefícios muito modestos, como R\$ 5, R\$ 3, e criaram o Funrural para basicamente o pessoal de campo. Perguntamos-nos o seguinte: vamos tratar as diferenças? Não, não podíamos. E, então, a primeira coisa que a gente fez foi cobrir a totalidade da massa operária, seja ela urbana ou rural; e seja qual for a forma como ela auferir renda de trabalho.

JE – *E de onde tirar recursos para pagar essa universalidade de benefícios?*

Raphael – Evidente que se fizer estrutura de financiamento baseada só na folha de pagamento não cobre esse conjunto de trabalhadores. Um pedaço, sim, outro pedaço, não. Logo, não adianta montar uma Previdência com base na folha de salário. Tem que montar com base na folha e em outras fontes alternativas, que não tenham nada a ver com a folha. Para isso, criamos novas contribuições, para além da folha. Quando dizem que a Constituição de 1988 foi generosa, mas criou direitos sem correspondentes fontes é uma mentira brutal, pois o que a gente criou foram fontes novas. Com isso, conseguimos montar uma Previdência que não distinguia entre a natureza do emprego, a fonte de renda do emprego e a localização, onde se trabalhava. Pela primeira vez se teve um conceito efetivamente universal da Previdência, que não se

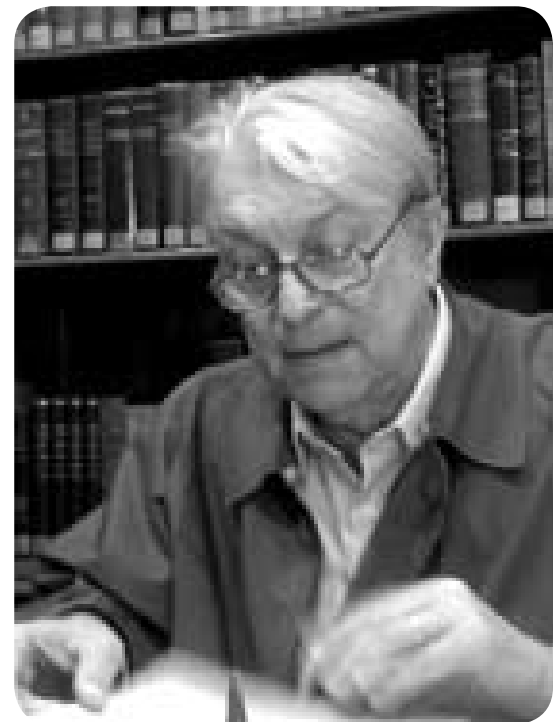
apoiava só na folha de salário do urbano. Esta foi uma questão estritamente de justiça social. Não há nenhuma razão para se distinguir o local de trabalho, a forma de trabalho, a forma da relação jurídica do trabalho. Nós temos que universalizar a cobertura: na área de saúde e na área previdenciária. Este foi o ponto de partida: fazer um sistema universal, abrangente, ninguém fica de fora, e a folha de salário não cobre isso.

JE – *Já era Ministério da Previdência?*

Raphael – Era já o Ministério da Previdência e Assistência Social. Tinha a Saúde, a Previdência e a Assistência Social. O Ministério da Saúde, por exemplo, não tinha um tostão. Quem mandava dinheiro para a Saúde era eu. O Sudes, o hoje SUS (com o “d”, de descentralizado) nasceu no Ministério da Previdência, não na Saúde. E já com a idéia de universalizar. Ou seja, não deixar de garantir direitos mínimos de viver, aposentar-se, ter renda garantida, quando não consegue trabalhar, sem distinguir entre brasileiros. **A idéia era criar uma base de cobertura que pegasse os brasileiros de renda de um salário até 10. Não era para rico, não era para classe média, era para o povo mesmo, nesta faixa de renda, que, aliás, alcança 70%, 80% dos brasileiros.** Já fazíamos isso em

86. Em 1987 estendemos a cobertura médica ao campo e à cidade, em igualdades de condições. Naturalmente, que até fazer isso leva tempo, mas essa equalização normativa já estava feita e tinha ajustado os proventos dos rurais até o nível do salário mínimo. Essas regras todas entraram na Constituição, do ponto de vista do desenho da Previdência, aposentadorias e pensões, e mais a Saúde. A econo-

Foto N. S. Gomes



mia, em 86, cresceu muito e, sobretudo, teve um aumento de salário imenso gerado pelo Plano Cruzado. Então, o caixa da Previdência era absurdamente gigantesco. Tinha uma base física para fazer esses ajustes, e botamos isso na Constituição com as outras fontes, que não tinha no Ministério. E quais foram essas fontes, que a gente inventou? Uma contribuição sobre faturamento e sobre a presunção do lucro, ou seja, duas fontes além da fonte folha. E criamos a seguinte idéia: o Estado assume, com relação ao conjunto da sociedade, sobretudo as camadas mais pobres, o mínimo de direitos universais. E isto é um passivo público. Se não tiver recursos nas fontes normais, tributárias, esse passivo não pode ser reduzido, no gasto. Pois, em geral, acerta-se esse tipo de despesa cortando benefício.

JE – *Sempre foi assim, desde a promulgação da Constituição?*

Raphael – Em nenhum momento, desde 1988, quando promulgada, os diversos governos que se sucederam sequer ensaiaram dar, honestamente, cumprimento à Constituição. Desviaram, sistematicamente, parte substancial das receitas provenientes das contribuições sociais para cobertura de

gastos distintos da previsão constitucional. Acossada pelo desequilíbrio sistemático de suas contas, a União, que não partilhava a arrecadação destas contribuições com os Estados e os Municípios, fez crescer, sistemática e progressivamente, sua receita com estas contribuições, recorrendo à elevação constante das suas alíquotas, a ponto de o conjunto das receitas das contribuições sociais superar, de muito, a arrecadação de impostos.

As contribuições sociais foram o grande colchão para a construção do “superávit” fiscal primário da União – a única meta efetiva que todos os governos, desde 1993, efetivamente perseguiram, um macabro campeonato no qual o perdedor único é o segurado da Previdência Social e a população mais pobre do país.

JE – É possível dar exemplo em números?

Raphael – Sim, os números falam por si. A receita tributária líquida da União, no exercício de 2006, com a arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, partilhados com os Estados e Municípios, e administrados pela Receita Federal, atingiu R\$ 101 bilhões, tendo sido de, aproximadamente, R\$ 168 bilhões a respectiva arrecadação bruta. Não computada a arrecadação com a contribuição social sobre a folha de salário, ainda de responsabilidade do INSS, a receita proveniente das duas outras contribuições instituídas pela Constituição, a Cofins e a CSLL, administradas pela Receita, alcançou, no mesmo exercício de 2006, o valor de R\$ 122 bilhões, superior à receita líquida da União derivada da cobrança dos principais impostos de sua competência constitucional – o IPI e o IR. Contabilizada a arrecadação com a CPMF, criada após a

Constituição e que, em 2006, foi de R\$ 32 bilhões, a arrecadação com o conjunto das contribuições sociais bateu em R\$ 154 bilhões, próxima à arrecadação tributária total da União de cerca de R\$ 194 bilhões. Esse desvio se torna mais patético se for agregada a receita oriunda da contribuição social sobre folha, arrecadada diretamente pelo INSS, e que, em 2006, atingiu R\$ 133 bilhões. O total da arrecadação com o conjunto das contribuições somou, assim, no exercício de 2006, R\$ 289 bilhões, convertendo-se, de longe, na principal fonte fiscal para o governo federal. Reintegradas, de sua vez, a totalidade das despesas com os diversos programas inseridos no conceito da Seguridade Social, os gastos totais, em 2006, seriam os seguintes: Previdência Social (total) – R\$ 191 bilhões; Saúde – R\$ 30 bilhões; Assistência Social – R\$ 10 bilhões; num total geral de R\$ 231 bilhões.

Esses gastos de R\$ 231 bilhões teriam sido cobertos, integralmente, se todas as receitas das contribuições de Seguridade Social – R\$ 289 bilhões – tivessem, como manda a Constituição, sido destinados à cobertura da Previdência Social, da Saúde e da Assistência Social. E ainda restariam cerca de R\$ 58 bilhões no caixa do governo.

Ou seja, a Previdência é superavitária. Esta multiplicidade de fontes para financiar a Seguridade Social corresponde à evidência de que a folha de salário, exclusivamente, não daria conta do pagamento dos benefícios do mercado informal de trabalho e da massa do trabalhador rural. E deixá-los de fora, será iniquidade injustificável.

JE – Como foram pensadas essas “contribuições sociais”?

Raphael – A gente criou as contribuições sociais como receita pri-

vativa da Previdência Social. E que poderiam ser ajustadas no curso do exercício financeiro. Ou seja, a obrigação de atender às demandas da Previdência Social era um compromisso inarredável do Poder Público, e ele cobriria isso elevando a receita, inclusive, no curso do exercício. E era receita privativa da Seguridade Social. Era arrecadado para isso, não poderia dar nenhum outro destino. A estrutura foi essa. Quem nunca tinha contribuído para coisa alguma passou a ter um mínimo de proteção social, um pecúlio vitalício igual ao mínimo, quando atingisse 75 anos. Então, tinha uma cobertura social absolutamente universal. Esta foi a concepção que a gente sugeriu ao relator Almir Gabriel e ele ado-



tou isso. São os artigos que estão na Constituição. Eram princípios, não tinham detalhe algum. Apenas a listagem das contribuições, a forma de arrecadar e ponto. E tinha uma coisa importante. A Seguridade Social constituía um orçamento apartado do orçamento geral. Ou seja, essas receitas e despesas formavam um anexo do Orçamento, e não tinham nada que ver com o Orçamento do Tesouro ou do Estado; era uma coisa apartada. Chegamos até a pensar em enviar este Orçamento em 1º de janeiro, para ter uma tramitação diferente do Orçamento da União. Mas, até por uma questão de simplicidade, acabou-se entrando junto: o orçamento da Seguridade Social será remetido ao Congresso Nacional juntamente com o Orçamento anual, mas era à parte, com suas fontes, seus dispêndios, que não têm nada

que ver com os dispêndios do Orçamento Geral da União. Por que? Porque o conceito que a gente tinha era que o Estado era um mero repassador deste dinheiro. Arrecadava, tinha destino certo desse dinheiro, era um fluxo que entrava e saía, para se distinguir do Orçamento fiscal. Essa regra básica não foi alterada desde o princípio.

JE – Ou seja, passou incólume. O furor liberal ainda não era tanto...

Raphael – Não. Pelo contrário. O que entrou de emenda foram coisas distorcidas, a meu ver. Eu não tinha posto aposentadoria por idade, por tempo de serviço, porque não é uma coisa que se põe na Constituição, mesmo porque isto varia pela demografia. Era questão de princípio. Então, começou a entrar uma porção de coisa pendurada que, em geral, beneficiava grupos. Ou seja, se montou algo com certa homogeneidade, equidade social, e se distorceu a Constituição. Disseram que se tinha que por tempo de serviço, aí depois que a mulher tem que sair primeiro. Quando entraram essas emendas eu disse: a demografia está mudando. Aí entrou a professora, e eu resisti o que pude. Escrevi que não se devia colocar tempo de serviço, professoras saindo antes, com 25, e aí todo mundo começou a colocar sua casquinha. **Tempo de serviço eu sempre fui muito contra. Por quê? Porque dificilmente um trabalhador de salário mínimo prova tempo de serviço prolongado, porque ele trabalha com carteira. Agora todo bacana prova tempo de serviço. E aí, o que acontece? A média de benefício paga por tempo de serviço é muito superior ao que paga por idade. Significa que o povo sai por idade e o bacana sai por tempo de serviço.**

**Sonho
realizado em
*1 minuto?***

Crédito  ***minuto***

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

JE – Qual seria a reforma a se fazer, então?

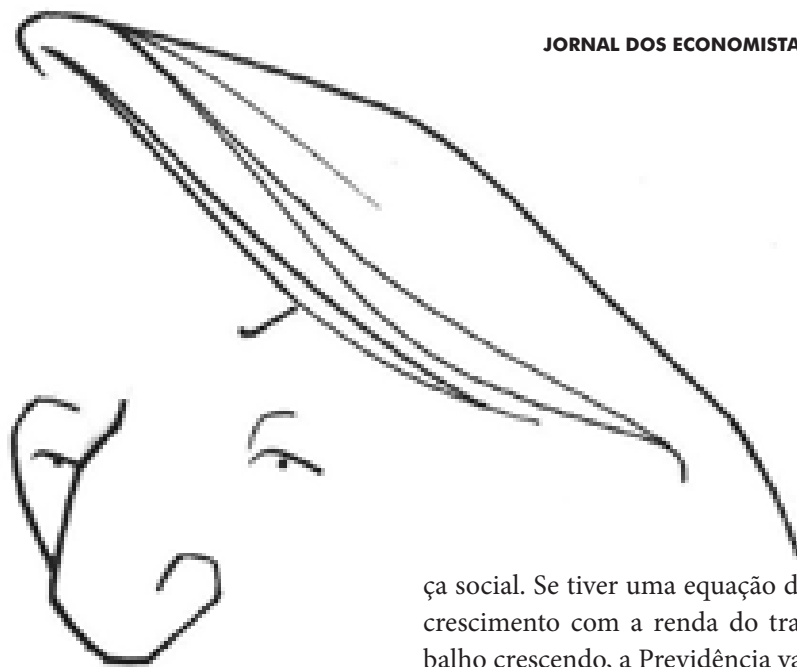
Raphael – A minha reforma é retirar os penduricalhos, voltar um pouco à concepção que a gente teve no começo e recuperar a receita perdida. Impõe-se a correção dessa anomalia. Mesmo porque, como fica evidente pelos números apresentados, se a economia brasileira voltar a crescer, gerando mais empregos, criando as condições objetivas para melhorar o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais, o conjunto das receitas das contribuições sociais alcançará cifras ainda mais astronômicas, bem acima dos quase R\$ 289 bilhões arrecadados nas atuais condições econômicas, sabidamente adversas, com alta taxa de desemprego e baixa taxa de crescimento. Outra coisa que eu dizia era o seguinte: tempo de serviço

não tem em nenhum regime previdenciário do mundo. Nenhum.

E também não tem, no mundo, previdência básica que não seja pública. Isto é, não é sob o regime de capitalização. É pelo regime de fluxo. A geração de hoje paga pela geração que acabou, é um pacto inter-geracional.

A minha reforma é tirar esses adendos, que não têm nenhum efeito.

Antes de ser promulgada a Constituição, eu quis que a folha ficasse cativa só da Previdência. Não haveria nenhuma tributação sobre a folha que não fosse para a Previdência. Queria, por exemplo, retirar o sistema “s”. Eu dizia que não acho justo que a folha pague a manutenção do Sesi, Sesc, Senai, isso não tem sentido nenhum,



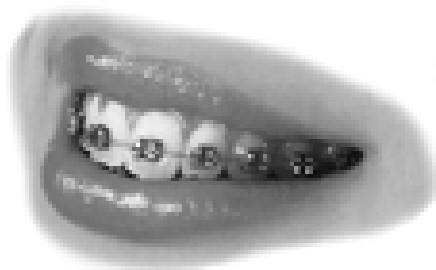
tem que sair do lucro das empresas. Não estou contra, mas queria tirar da folha. Mas foi uma briga danada e eu perdi também. Houve até a emenda popular, pela manutenção, e que teve o maior número de assinaturas: um milhão e 60 mil assinaturas. Outro ponto é que a Previdência Social é sócia do desenvolvimento com justi-

ça social. Se tiver uma equação de crescimento com a renda do trabalho crescendo, a Previdência vai nadar em dinheiro e a demanda por benefícios cair. Terá redução do gasto e elevação consistente da receita. Esta era minha tese: quero crescimento. A Previdência tem que sentar nos órgãos da República que decidem se o país vai crescer ou estagnar, porque é fundamental para ela, que é uma agência que vive para isso.



A maior clínica de Ortodontia
do Rio de Janeiro, cada vez
mais próxima de você.

Condições especiais
para
Economistas



Centro: 2224-8914
Méier: 2595-4007

Niterói: 2622-8283
Nova Iguaçu: 2668-2691

www.simetriaortodontia.com.br

Para saber se os indicadores da sua saúde
vascular estão em queda, consulte um
especialista.



COOPANGIO, mais
de 160 angiologistas e
cirurgiões vasculares
agora conveniados
ao CORECON.

Mais informações: (21) 2220-2765
ou acesse o Guia Médico pelo site
www.sbaovrj.com.br



Coopangio-RJ

Jogos do Pan

Rio perdeu medalha no meio ambiente

“Um dos maiores obstáculos para se começar a agir em relação à mudança climática é que ela se tornou um clichê antes mesmo de ser entendida. O que precisamos agora é de boa informação e de um planejamento cuidadoso, porque nos próximos anos essa questão vai eclipsar todas as outras. Vai se tornar a única questão.” (Os Senhores do Clima - Tim Flannery)

É senso comum classificar o ser humano como o passageiro dominante da espaçonave chamada planeta Terra. Sendo assim, é obrigatório para este mesmo ser humano preservar e saber utilizar os recursos naturais ofertados para que todos possam usufruir um “... meio ambiente ecologicamente equilibrado, patrimônio comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida...” conforme expressado no art. 225 de nossa Lei Maior. Já, hoje, o debate sobre crescimento econômico passa necessariamente pelo chamado desenvolvimento sustentável (felizmente).

A cidade do Rio de Janeiro, no período dos jogos Pan-americanos, presenciou essa alocação de crescimento com o advento dos investimentos para os jogos. Não obstante, cabe a análise da sustentação desse “crescimento” através das políticas públicas de meio ambiente, tema balizador do desenvolvimento sustentável.

Pelo ordenamento legal vigente, há uma competência concorrente entre as três esferas governamentais nas atribuições e responsabilidades da questão ambiental. Entretanto, a presente análise somente focará o grau de prioridade dada no orçamento a esta política pública por duas: o estado e o município do Rio de Janeiro. Tal foco é oportuno tanto pela discussão do momento – o aquecimento global – quanto pelas intervenções urbanísticas feitas em nome dos Jogos Pan-americanos de 2007 e o legado ambiental prometido.

As informações orçamentárias pró meio ambiente foram calcadas

em subfunções – classificação programática estabelecida pela Lei 4.320 – pertinentes à tríade Gestão Ambiental, Saneamento Básico e Transporte, políticas públicas condizentes à questão no universo urbano. O período abrangido foi o dos exercícios financeiros de 2004 a 2006, além do previsto para 2007 e o executado até julho, no caso do estado, e maio, no município. (Tabela 1)

Nota-se que a dotação inicial de 2004 a 2006 foi decrescente, porém, a execução, apesar de estar abaixo da inicial, apresentou um crescimento, alcançando em 2006 mais de R\$ 1,2 bilhão. Contraditoriamente, em 2007 há uma pequena elevação no previsto em relação ao ano anterior, mas tem a sua execução até o momento contraída (18%).

Ao comparar somente a Função Meio Ambiente com as subfunções supracitadas, percebe-se a disparidade dos valores.

Desta forma, fica evidenciado que o gasto ambiental ultrapassa o creditado na Função, mas simples observação das subfunções também pode nos levar a distorcidas conclusões.

Com efeito, a forma como o orçamento estadual é elaborado e executado dificulta a precisa identificação do gasto. É o caso da subfunção “Preservação e Conservação Ambiental”, que tem como principal ‘gestor’ o Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam). Tal fundo financia ações que permeiam vários órgãos da administração pública, como a Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro, Companhia Estadual de Habitação, Secretaria Estadual de Transporte, Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro e o Fundo Estadual de Saúde. A dificuldade está na classificação de ações como asfaltamento na subfunção supracitada. Discordamos desta classificação.

Infelizmente, não nos foi possível identificar outras anomalias. Daí optamos por reproduzir os dados oficiais, mas expressando a nossa divergência. A relevância dessa distorção pode ser observada no exercício de 2006: do total liquidado (R\$ 272,9 milhões) da subfunção, mais de 73%

foram utilizados nesses órgãos. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, sobretudo, na alocação dos recursos, escassos. (Tabela 2)

Quanto aos gastos do governo municipal no que concerne às questões relacionadas ao meio ambiente, destacamos as mesmas subfunções utilizadas no estado, com a devida adequação no caso dos transportes.

Para nossa agradável surpresa, através de pesquisa realizada na página eletrônica da Secretaria Especial Rio 2007 (<http://www.rio.rj.gov.br/pan2007/>), encontramos informações de que a prefeitura estabeleceu propostas de compensação para os possíveis impactos gerados pelas diversas obras necessárias para implementação do Pan. Cabe agora verificarmos os resultados dos projetos relacionados.

Gestão Ambiental

Para a realização do Pan foram gastos mais de R\$ 1,2 bilhão, porém, este montante não foi suficiente para tirar do papel diversas metas da Agenda Social que melhorariam a qualidade de vida na cidade. Entre elas estão legados prometidos durante a candidatura carioca para sediar a competição, como, por exemplo, a expansão de áreas reflorestadas, de forma a implantar, até 2007, 640 hectares adicionais, no município, com pelo menos 10 novas frentes de trabalho que deverão gerar, pelo menos, 130 novos empregos; garantir a educação ambiental nas unidades de conservação, de forma a alcançar a 50% destas unidades até 2007 (Programa Educação Ambiental em Unidades de Conservação); expandir a educação ambiental para moradores de áreas de reflorestamento, de forma a atingir 80% das áreas reflorestadas do município, até 2007 (Programa Educativo em Áreas de Reflorestamento).

Em 2006 foram gastos pouco mais de R\$ 75 milhões com as três subfunções pertinentes (Preservação e Conservação Ambiental, Controle Ambiental, Recuperação de Áreas Degradadas), correspondendo a 57% do valor previsto.

Transportes

Propostas como o Transpan, trem de superfície que ligaria a Barra da Tijuca, onde esteve concentrada a maioria das competições, aos dois aeroportos, e ainda a expansão das linhas de metrô, ligando a Barra à Zona Sul, são algumas das promessas não cumpridas para o setor de transporte. Além disso, a implementação de medidas para amenizar os danos ambientais, como, por exemplo, transportes com combustíveis alternativos, não foi sequer cogitada. Entendemos que o investimento em transporte público de massa tem impacto considerável no que diz respeito ao meio ambiente, uma vez que há redução da emissão de gases e, conseqüentemente, da poluição atmosférica, com menor uso de automóveis.

Destacamos no orçamento do município as seguintes subfunções: “transportes coletivos urbanos” e “transportes especiais”. Em 2006 foram despendidos R\$ 2,2 milhões com a primeira delas, e nada foi executado referente à segunda, apesar de somadas contarem com uma dotação inicial prevista de quase R\$ 13,5 milhões. Em 2007, a dotação prevista é de R\$ 3,6 milhões, quatro vezes menor do que no ano anterior. Até maio, apenas 17% foram liquidados.

Saneamento

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede do Pan em 24 de agosto de 2002 e estava prometida a despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas, das lagoas de Jacarepaguá e da Baía de Guanabara. Infelizmente, não foram realizadas. Tal fato causou constrangimentos e doenças aos desportistas (velejadores e nadadores), usuários desses locais.

Ao analisarmos os gastos referentes à subfunção “saneamento básico urbano”, percebemos que o valor inicialmente proposto pelo Executivo e aprovado pela Câmara, em 2006, era da ordem de R\$ 84 milhões, tendo sido executados apenas R\$ 52 milhões, ou seja, 62% do valor previsto. Em 2007 houve uma redução da dotação inicial, correspondendo a R\$ 63 bilhões, sendo liquidados, até

Tabela 1 - Meio Ambiente - Estado do Rio de Janeiro												
Em milhares R\$	2004			2005			2006			2007		
	Inicial	Liquidado		Inicial	Liquidado		Inicial	Liquidado		Inicial	Liquidado*	
Transportes Coletivos Urbanos	338.784	60.620	18%	154.314	73.476	48%	184.887	91.370	49%	158.017	31.334	20%
Saneamento Básico Urbano	603.669	269.669	45%	496.154	393.042	79%	396.601	471.915	119%	573.749	76.559	13%
Preservação e Conservação Ambiental	176.211	157.268	89%	196.859	197.710	100%	225.509	272.935	121%	291.119	37.642	13%
Controle Ambiental	6.577	3.091	47%	12.374	3.480	28%	19.484	4.999	26%	21.848	2.378	11%
Recuperação de Áreas Degradadas	2.778	-	0%	-	-	0%	-	-	0%	-	-	0%
Recursos Hídricos	17.956	41	0%	15.977	1.792	11%	7.341	6.120	83%	11.403	1.142	10%
Transporte Rodoviário	243.700	181.550	74%	295.494	228.373	77%	330.579	252.355	76%	235.606	58.157	25%
Transporte Ferroviário	170.793	44.050	26%	219.419	98.357	45%	159.497	135.499	85%	124.542	50.589	41%
Transporte Hidroviário	149	75	50%	50	49	98%	99	-	0%	10	-	0%
Transportes Especiais	182	-	0%	-	-	0%	-	-	0%	-	-	0%
TOTAL	1.560.801	716.364	46%	1.390.640	996.279	72%	1.323.997	1.235.193	93%	1.416.295	257.801	18%
*Valores até 26/07. Fonte: SIG, SIAFEM												

maio, 48% da dotação destinada.

Pela concentração de 70% das instalações do Pan na Zona Oeste e pela carência de saneamento básico em muitos dos seus bairros, era de se esperar que o investimento em saneamento fosse de outra magnitude. As rubricas referentes à gestão ambiental, saneamento, transporte e urbanismo tratadas em conjunto são capazes de demonstrar a importância dada às políticas referentes ao meio ambiente.

Conclusão

Não há dúvidas de que a especulação imobiliária e a prevalência do transporte motorizado individual (leia-se: automóvel) são os dois maiores inimigos do meio ambiente urbano. Os investimentos públicos nos Jogos Pan-americanos de 2007 seriam boa oportunidade para enfrentar esses dois vilões de uma qualidade ambiental saudável. Porém, a opção pela concentração das instalações esportivas (70%) e das unidades habitacionais utilizadas pelos atletas (Vila do Pan) numa área visada pela especulação imobiliária teve o efeito exatamente inverso ao desejado pela cidadania. Outro efeito perverso foi a intensificação das ameaças e concretizadas remoções de comunidades carentes de serviços públicos nos “locais do Pan”.

Nenhum investimento significativo em transporte de caráter público e coletivo foi feito. Iniciativas nesse setor não saíram do papel, como a Linha 4 do metrô. Nem mesmo ações específicas dos Jogos foram implementadas, como a intenção de promover a venda de ingresso para os eventos esportivos ‘casada’ a um tíquete de transporte de massa, o que poderia estimular o uso desse tipo de trans-

porte. Outra medida positiva seria o incentivo ao uso de combustíveis limpos nos veículos utilizados para atender à demanda dos Jogos. No entanto, com planejamento e metas condizentes seria possível alcançar resultados satisfatórios. Na Copa do Mundo, na Alemanha, em 2006, apesar do grande número de turistas, o incentivo à utilização de transportes públicos e sua modernização contribuiu para a

redução da emissão de poluentes.

Em termos específicos de meio ambiente nenhum ecossistema foi recuperado e/ou preservado. Infelizmente, o Brasil e o Rio de Janeiro sequer disputaram uma medalha ecológica. A convivência do poder público com a especulação imobiliária e o estímulo ao uso do automóvel comprometem a qualidade ambiental das gerações atuais e futuras.

Tabela 2 - Meio Ambiente - Município do Rio de Janeiro												
Em milhares R\$	2004			2005			2006			2007		
	Inicial	Liquidado		Inicial	Liquidado		Inicial	Liquidado		Inicial	Liquidado*	
Transportes												
Coletivos Urbanos	5.778	4.212	73%	25.392	4.320	17%	11.337	2.156	19%	2.523	644	26%
Saneamento Básico Urbano	39.006	28.661	73%	69.948	48.858	70%	84.054	52.107	62%	63.412	30.840	49%
Preservação e Conservação Ambiental	83.763	64.798	77%	97.091	43.829	45%	87.678	35.518	41%	85.404	16.278	19%
Controle Ambiental	3.310	1.687	51%	4.715	3.767	80%	5.484	4.026	73%	7.061	1.539	22%
Recuperação de Áreas Degradadas	27.929	34.523	124%	36.682	23.944	65%	37.759	35.388	94%	36.294	13.594	37%
Transportes Especiais	2.401	-	-	2.801			2.100	-	-	1.111	-	-
TOTAL	161.989	133.883	83%	739.424	755.481	53%	228.412	140.397	57%	195.805	62.895	32%
*Valores até maio do corrente. Fontes: Prestação de Contas e Sistema Fincon												

ERRATA - Na edição passada, diferentemente do que foi publicado, o texto "O orçamento da violência" é de autoria do consultor Renato Elman, assessor do Deputado Estadual Alessandro Molon (PT-RJ), com a assistência da estudante de economia Camila Barbosa, do FPO-RJ/Corecon-RJ.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores. Coordenação Geral: Cons. Ruth Espinola Soriano de Mello – Supervisão Técnica: Econ. Luiz Mario Behnken – Consultores: Econ. Bruno Lopes do PACS (Política Alternativa para o Cone Sul) e coordenador do Comitê Social do Pan, Econ. Thiago Marques, assessor do Dep. Marcelo Freixo (PSOL). Econ. Paula Mota, assessora do Gabinete da Liderança do PT na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – Assistente do FPO-RJ/Corecon-RJ: Estud. Econ. Camila Barbosa
Correio eletrônico: fporj@bol.com.br – Portal: www.fporj.blogger.com.br e www.corecon-rj.org.br

Curso terá filmes sobre América Latina

Uma novidade está sendo lançada pela Secretaria de Cursos do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ). Trata-se do curso “América Latina: revoluções e contra-revoluções”, que será ministrado de 8 de outubro a 26 de novembro, por professores de história, economia, cinema e sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coincidência ou não, a data de

início é a mesma em que se celebrará 40 anos da prisão de um dos mais cultuados e queridos revolucionários da América Latina, Ernesto Che Guevara, assassinado no dia seguinte, 9 de outubro de 1967, em Higueiras, na Bolívia, pelos boinas verdes bolivianos, exército à época treinado pelos EUA. A data, inclusive, suscitou a criação, no Brasil, de uma organização política de combate à ditadura militar e que existe até

hoje, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8.

O curso constará de oito sessões, sempre às segundas-feiras, com a exposição de filmes sobre países latino-americanos. O primeiro será a Batalha do Chile, com o diretor Patricio Guzmán. Na semana seguinte, o foco será Cuba, com a exibição de Memórias do Subdesenvolvimento, com Tomás Gutierrez Alea. Na sequência, História Oficial, sobre a Argentina, A

Revolução Não Será Televisada, sobre a Venezuela, a Guerra do Gás, sobre a Bolívia, e a sexta aula será sobre o Brasil, com a exibição do filme O Bom Burguês, com o diretor e professor Osvaldo Caldeira. Os dois últimos vão tratar da Nicarágua, Sob Fogo Cerrado, e Peru, com A Boca do Lobo.

É curso para garantir a inscrição desde já. Leia mais detalhes na Agenda de Cursos do Corecon-RJ para este segundo semestre.

Agenda de cursos

INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA:

O PENSAMENTO DE KARL MARX

(3 de setembro a 5 de novembro de 2007 - às segundas-feiras - 18h45 às 21h30)

Professores: Maria Malta (Doutora - UFF e professora IE-UFRJ), Pablo Bielschowsky (Mestre - UFRJ) e Rodrigo Castelo Branco (Mestre - UFRJ) – **Preço único para todos os interessados:** R\$ 220,00 ou 4 x R\$ 55,00

MATEMÁTICA FINANCEIRA AVANÇADA

(de 15 de outubro a 28 de novembro de 2007 - todas as segundas e quartas-feiras - 18h45 às 21h30 - Curso de 42 horas-aula)

Professora: Sílvia dos Reis Alcântara Duarte

Apresentar aplicações práticas da matemática financeira envolvendo alguns produtos financeiros, explorando a utilização da calculadora financeira HP-12C na resolução dos exercícios.

Para economistas registrados: R\$ 452,00 (ou 4 x de R\$ 113,00) – **Para estudantes:** R\$ 360,00 (ou 4 x de R\$ 90,00) – **Para outros profissionais e economistas não registrados:** R\$ 520,00 (ou 4 x de R\$ 130,00)

MATEMÁTICA

(de março a outubro - às quartas-feiras - das 18h às 20h - cada mês um assunto)

Professor: André Gaglianone de A. Kasprzykowski

A partir do mês de agosto, os conteúdos darão subsídio ao aluno para melhor acompanhar o curso preparatório para o Exame Nacional da Anpec (oferecido no Corecon) em 2008.

Economistas registrados: R\$ 90,00 por mês – **Estudantes:** R\$ 72,00 por mês – **Bacharel em Ciências econômicas e profissionais de outras áreas:** R\$ 104,00 por mês

ENERGIA: VIABILIDADE ECONÔMICA EM PROJETOS DE PETRÓLEO

(16 de outubro a 6 de dezembro - às terças-feiras - de 18h45 às 21h30 - Curso de 12 horas-aula)

Professor: Leonardo Cezar Rocha Neves

Este curso destina-se a profissionais interessados no setor mais dinâmico da economia brasileira, o petróleo e o gás natural. Visa capacitar profissionais nesta área do conhecimento, levando-os a conhecer, preliminarmente a cadeia produtiva do petróleo bem como o processo de tomada de decisão sobre implantação e ampliação de projetos de petróleo e derivados.

Para economistas registrados: R\$ 180,00 (ou 4 x de R\$ 45,00) – **Para estudantes de Economia:** R\$ 144,00,00 (ou 4 x de R\$ 36,00) – **Para economistas não registrados:** R\$ 208,00 (ou 4 x de R\$ 52,00)

AMÉRICA LATINA: REVOLUÇÕES E CONTRA-REVOLUÇÕES

8 de outubro a 26 de novembro - às segundas-feiras de 18h45 às 22h - Curso em oito sessões com professores de História, Economia, Cinema e Sociologia da Universidade Federal Fluminense

Preço único: R\$ 300,00 ou 4 x R\$ 80,00

País / Data	Filme
Chile 08/10	A Batalha do Chile – I Patricio Guzmán-diretor
Cuba 15/10	Memórias do Subdesenvolvimento Tomás Gutierrez Alea-diretor
Argentina 22/10	História Oficial Luis Puenzo-diretor
Venezuela 29/10	A Revolução não será Televisada Kim Bartley e Donnacha O'Briain-diretores
Bolívia 5/11	A Guerra do Gás Carlos Pronzato-diretor
Brasil 12/11	O Bom Burguês Osvaldo Caldeira-diretor
Nicarágua 19/11	Sob fogo cerrado Roger Spottifwoode-diretor
Peru 26/11	A boca do lobo Francisco J. Lombardi-diretor